

# TEORIA GERAL *do* PROCESSO CONTEMPORÂNEO

ANDRÉ **PAGANI** DE SOUZA  
ANDREA BOARI **CARACIOLA**  
CARLOS AUGUSTO DE **ASSIS**  
LUÍS EDUARDO **SIMARDI** FERNANDES  
LUIZ **DELLORE**

**4<sup>a</sup>**  
edição revista,  
atualizada e  
ampliada



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
 Copyright © 2019 by  
**EDITORA ATLAS LTDA.**  
 Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
 Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP  
 Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770  
 faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).  
 Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 09.11.2018

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

T29

Teoria geral do processo contemporâneo / André Pagani de Souza [et al.]. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Inclui bibliografia  
 ISBN 978-85-97-01925-4

1. Processo civil – Brasil. 2. Direito processual civil – Brasil. I. Souza, André Pagani de.

18-53447

CDU: 347.91/.95(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

## SUMÁRIO

.....

1	DIREITO, LIDE E PROCESSO.....	1
1.1.	Direito, convivência social e conflito .....	1
1.2.	Conflito de interesses e o conceito de lide .....	3
1.3.	Direito, conflito, lide e processo.....	5
2	FORMAS DE SOLUÇÃO DOS LITÍGIOS.....	7
2.1.	Evolução histórica dos meios de solução .....	7
2.1.1.	Autotutela.....	7
2.1.2.	Autocomposição .....	8
2.1.3.	A arbitragem. Sua evolução e o surgimento da jurisdição estatal .....	9
2.2.	As formas de solução dos litígios vistas numa perspectiva atual .....	10
2.2.1.	O Poder Judiciário não é o único responsável pela solução dos conflitos .....	10
2.2.2.	A autocomposição hoje em dia.....	12
2.2.2.1.	A autocomposição obtida através da conciliação .....	16
2.2.2.2.	A autocomposição atingida através da mediação .....	17
2.2.3.	Heterocomposição .....	18
2.2.3.1.	Arbitragem .....	19
2.2.3.2.	A jurisdição estatal, exercida através do processo .....	20
3	DIREITO MATERIAL E DIREITO PROCESSUAL .....	23
4	DIREITO PROCESSUAL.....	31
4.1.	Conceito e denominação .....	31
4.2.	Evolução científica e autonomia.....	32
4.3.	Posição enciclopédica.....	36
4.4.	Unidade e divisão.....	38

5	BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO .....	41
5.1.	Introdução .....	41
5.2.	Antecedentes: processos romano, bárbaro, canônico e lusitano .....	43
5.2.1.	Processo romano .....	43
5.2.2.	Processo bárbaro (visigótico) e canônico .....	44
5.2.3.	Processo lusitano .....	47
5.3.	Processo brasileiro .....	49
5.4.	Código de Processo Civil de 2015 (NCPC) .....	53
6	PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....	61
6.1.	Introdução: conceito e relevância dos princípios .....	61
6.1.1.	Constitucionalização do processo .....	61
6.1.2.	Sistema principiológico e o NCPC .....	64
6.1.2.1.	Sistema .....	64
6.1.2.2.	Princípios .....	65
6.1.3.	Princípios e o direito processual civil .....	66
6.2.	Acesso à justiça e efetividade do processo .....	69
6.3.	Devido processo legal ou processo justo .....	75
6.4.	Contraditório, ampla defesa e vedação da decisão surpresa .....	78
6.5.	Inércia da jurisdição, dispositivo, demanda, impulso oficial e congruência da tutela jurisdicional .....	90
6.6.	Duração razoável do processo .....	100
6.7.	Princípio da boa-fé .....	103
6.8.	Cooperação .....	107
6.9.	Princípio da isonomia .....	110
6.10.	Princípio da publicidade .....	113
6.11.	Princípio da motivação das decisões judiciais .....	115
6.12.	Princípio do juiz natural .....	119
6.13.	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	121
6.14.	Vedação das provas obtidas por meio ilícito .....	122
6.15.	Livre convencimento motivado .....	125
7	FORMAS DE EXPRESSÃO DO DIREITO PROCESSUAL: A LEI DO PROCESSO .....	133
7.1.	Interpretação da norma processual .....	135
7.2.	Integração .....	138
7.3.	Eficácia no espaço e no tempo .....	139
7.3.1.	Eficácia da norma processual no espaço .....	139
7.3.2.	Eficácia da norma processual no tempo .....	140
7.3.2.1.	Processos em curso por ocasião do início da vigência da lei processual nova .....	141

8	INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	143
9	JURISDIÇÃO.....	147
	9.1. Conceito.....	147
	9.2. Problemas modernos envolvendo o conceito de jurisdição .....	151
	9.3. Jurisdição estatal: características e princípios.....	153
	9.4. Espécies de jurisdição.....	157
	9.5. A jurisdição voluntária.....	160
	9.6. Espécies de tutela jurisdicional estatal.....	164
	9.6.1. Conceito de tutela jurisdicional .....	164
	9.6.2. Tutela jurisdicional classificada segundo a sua eficácia .....	164
	9.6.3. Tutela provisória e tutela definitiva .....	167
	9.7. Mecanismos não estatais de solução de conflitos: conciliação, mediação e arbitragem .....	169
	9.7.1. Conciliação .....	169
	9.7.2. Mediação.....	172
	9.7.3. Arbitragem.....	174
10	DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL.....	181
	10.1. Limites da jurisdição .....	181
	10.2. Cooperação internacional .....	183
	10.2.1. Auxílio direto.....	184
	10.2.2. Cartas rogatórias.....	185
11	ALGUMAS NOÇÕES QUANTO À ESTRUTURA JURISDICIONAL BRASILEIRA (MAGISTRATURA, MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICA).....	187
	11.1. Contextualização.....	187
	11.2. Magistratura.....	188
	11.2.1. Justiça Comum Estadual.....	193
	11.2.2. Justiça Comum Federal.....	194
	11.2.3. Juizados Especiais Cíveis, Federais e da Fazenda Pública (justiça comum) .....	195
	11.2.4. Justiça do Trabalho .....	197
	11.2.5. Justiça Eleitoral.....	198
	11.2.6. STF e STJ.....	199
	11.2.7. CNJ .....	200
	11.3. Ministério Público .....	202
	11.4. Advocacia e Defensoria Pública .....	204
12	COMPETÊNCIA.....	209
	12.1. Conceito.....	209
	12.2. Critérios .....	211
	12.3. Competência absoluta.....	213
	12.3.1. Competência em razão da matéria.....	214
	12.3.2. Competência em razão da pessoa.....	215

12.3.3.	Competência funcional (ou competência hierárquica) .....	218
12.4.	Competência relativa .....	219
12.4.1.	Competência em razão do valor .....	220
12.4.2.	Competência territorial.....	220
12.4.2.1.	Regras de fixação de competência territorial.....	221
12.5.	Modificações da competência territorial.....	224
12.5.1.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	224
12.5.2.	Conexão e continência .....	225
12.5.3.	Acessoriedade.....	228
12.5.4.	Foro de eleição.....	228
12.6.	Incompetência .....	230
12.7.	Conflito de competência.....	232
13	AÇÃO.....	237
13.1.	Natureza jurídica da ação .....	237
13.1.1.	A teoria imanentista (ou civilista) da ação .....	237
13.1.2.	Teoria da ação como direito concreto .....	239
13.1.3.	Teoria da ação como direito abstrato .....	240
13.1.4.	Algumas conclusões sobre a natureza jurídica da ação .....	242
13.2.	Caracteres do direito de agir. O conceito de ação.....	244
13.3.	Elementos da ação (ou da demanda).....	246
13.3.1.	Partes .....	247
13.3.2.	Causa de pedir.....	248
13.3.3.	Pedido.....	250
13.3.3.1.	Cumulação de pedidos .....	251
13.3.4.	Identificação dos elementos da demanda. A importância prática dos elementos da demanda. A congruência.....	252
13.4.	A estabilização da demanda .....	254
13.5.	Classificação das ações .....	254
13.6.	Condições da ação .....	255
13.6.1.	Generalidades.....	255
13.6.2.	O desaparecimento da possibilidade jurídica do rol das condições da ação.....	257
13.6.3.	Interesse processual .....	259
13.6.4.	Legitimidade de parte ( <i>legitimatío ad causam</i> ).....	261
13.6.5.	Teoria da asserção.....	264
13.6.6.	Falta de condição da ação .....	267
14	A EXCEÇÃO (DEFESA).....	271
14.1.	Conceito.....	271
14.2.	Classificação.....	274
15	PROCESSO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	277
15.1.	Processo .....	277
15.1.1.	Conceito .....	277

15.1.2.	Natureza jurídica.....	280
15.1.3.	Caracteres da relação jurídica processual.....	283
15.2.	Pressupostos processuais .....	285
15.2.1.	Pressupostos processuais como espécies de requisitos para apreciação do mérito.....	285
15.2.2.	Conceito .....	286
15.2.3.	Função .....	288
15.2.4.	Classificação.....	289
15.2.5.	Pressupostos processuais de existência ou constituição do processo .....	292
15.2.6.	Pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular do processo.....	295
15.2.7.	Pressupostos processuais negativos .....	298
15.2.8.	Regime jurídico: matérias de ordem pública?.....	300
16	SUJEITOS DO PROCESSO .....	309
16.1.	Sujeitos principais. Autor e réu.....	309
16.1.1.	Aspectos conceituais e terminológicos .....	309
16.1.2.	Aquisição da qualidade de parte.....	311
16.1.3.	Direitos, obrigações, deveres, ônus e responsabilidades das partes ...	312
16.2.	O juiz, seus poderes e deveres .....	318
16.2.1.	Características, garantias e vedações.....	318
16.2.2.	Poderes e deveres do juiz no processo .....	321
16.2.2.1.	Os poderes-deveres do art. 139 .....	324
16.2.3.	Responsabilidade do juiz .....	326
16.3.	O Ministério Público .....	327
16.3.1.	Características, garantias, vedações e responsabilidade .....	327
16.3.2.	Sua atuação no processo civil .....	329
16.4.	O advogado .....	330
16.4.1.	Função no processo .....	330
16.4.2.	Regime jurídico: direitos, deveres, forma de atuação e responsabilidade.....	331
16.4.3.	Defensoria Pública e a Advocacia Pública.....	332
16.5.	Sujeitos secundários do processo .....	333
17	REGIME FINANCEIRO DO PROCESSO.....	339
17.1.	Responsabilidade por dano processual .....	340
17.2.	Custas processuais e honorários advocatícios.....	341
17.3.	A questão da gratuidade da justiça.....	347
17.3.1.	Quem pode ser beneficiário da justiça gratuita .....	348
17.3.2.	Despesas e custas abrangidas pela gratuidade da justiça.....	349
17.3.3.	Justiça gratuita parcial (art. 98, § 5º) e parcelamento das despesas (art. 98, § 6º).....	352
17.3.4.	Momento e forma de requerimento da gratuidade .....	353
18	LITISCONSÓRCIO .....	357
18.1.	Conceito e classificação.....	357

18.2.	Litisconsórcio facultativo.....	360
18.2.1.	Hipóteses.....	360
18.2.2.	Recusa do litisconsórcio.....	363
18.2.3.	O problema do litisconsórcio ulterior.....	365
18.3.	Litisconsórcio necessário.....	366
18.4.	Litisconsórcio unitário e litisconsórcio comum.....	369
18.5.	Regime jurídico.....	370
19	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	373
19.1.	Considerações gerais.....	373
19.2.	Assistência.....	374
19.2.1.	Conceito e procedimento.....	374
19.2.2.	A assistência simples.....	376
19.2.3.	A assistência litisconsorcial.....	378
19.3.	Denúnciação da lide.....	380
19.3.1.	Conceito e noções gerais.....	381
19.3.2.	Hipóteses de cabimento.....	382
19.3.3.	Não obrigatoriedade.....	383
19.3.4.	Procedimento.....	384
19.3.5.	Questões polêmicas, resolvidas ou não pelo novo CPC.....	385
19.3.5.1.	Posição do denunciado em relação à demanda original.....	386
19.3.5.2.	Denúnciação da lide e introdução de fundamento novo.....	387
19.3.5.3.	Denúnciação sucessiva? Denúnciação <i>per saltum</i> ?.....	388
19.4.	Chamamento ao processo.....	389
19.4.1.	Conceito.....	389
19.4.2.	Hipóteses de chamamento.....	390
19.4.3.	Procedimento.....	391
19.4.4.	Situações especiais.....	392
19.5.	O <i>amicus curiae</i> .....	395
19.5.1.	Natureza, função e previsão no ordenamento jurídico.....	395
19.5.2.	Forma de atuação.....	397
19.6.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	400
20	PROCEDIMENTO.....	407
20.1.	Diferença entre processo e procedimento.....	407
20.2.	Necessidade de procedimentos diversos. O direito material e os procedimentos.....	409
20.3.	Classificação dos procedimentos.....	411
21	ATOS PROCESSUAIS.....	417
21.1.	Noções gerais.....	417
21.2.	Natureza jurídica, caracteres e classificação.....	419
21.3.	Modo, lugar e tempo dos atos processuais.....	422
21.3.1.	Generalidades: a forma do ato processual.....	422
21.3.2.	Exigências de modo.....	422
21.3.3.	Atos processuais praticados eletronicamente.....	423



21.3.4.	Exigências de lugar e tempo .....	425
21.3.5.	A instrumentalidade das formas.....	427
21.3.6.	Prazos dos atos processuais .....	429
21.4.	Ato processual e preclusão.....	433
21.5.	Existência, validade e eficácia do ato processual.....	435
21.6.	Comunicação dos atos processuais .....	441
21.6.1.	Generalidades sobre comunicação dos atos processuais.....	441
21.6.2.	Da citação.....	442
21.6.2.1.	Da citação pelo correio.....	445
21.6.2.2.	Da citação por oficial de justiça.....	447
21.6.2.3.	Da citação por edital .....	448
21.6.3.	Das cartas .....	449
21.6.4.	Da intimação .....	451
21.7.	Negócio jurídico processual.....	453
22	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO .....	465
22.1.	Contextualização.....	465
22.2.	Formação do processo de conhecimento.....	466
22.2.1.	Estabilização da demanda (NCPC, art. 329).....	467
22.2.2.	Desenvolvimento válido e regular do processo .....	468
22.2.3.	Ausência de requisitos de formação e desenvolvimento do processo .....	469
22.3.	Suspensão do processo.....	470
22.3.1.	Hipóteses de suspensão do processo (parte geral do NCPC) .....	471
22.3.2.	Hipóteses de suspensão do processo (parte especial do NCPC: processo de execução).....	482
22.4.	Extinção do processo.....	486
22.4.1.	Hipóteses de extinção do processo (parte geral do NCPC) .....	487
22.4.2.	Hipóteses de extinção do processo (parte especial – processo de conhecimento) .....	488
22.4.2.1.	Decisão sem resolução do mérito (NCPC, art. 485).....	488
22.4.2.2.	Decisão com resolução do mérito (NCPC, art. 487) .....	497
22.4.3.	Extinção do processo (parte especial – processo de execução) .....	502
	BIBLIOGRAFIA.....	507